



15/10/2018

Número: **0707205-16.2018.8.07.0009**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia**

Última distribuição : **03/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

Assuntos: **Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Empréstimo consignado, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (AUTOR)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23800978	10/10/2018 17:48	Sentença	Sentença



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

1JECICRSAM

1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia

Número do processo: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

SENTENÇA

Dispensado o relatório, consoante previsão do art. 38, caput, da Lei nº 9.099/95.

DECIDO.

A matéria posta em deslinde subordina-se às normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, posto que a autora enquadra-se no conceito de consumidora, a ré caracteriza-se como fornecedora de serviços, de acordo com o artigo 3º e a relação jurídica estabelecida entre as partes tem por finalidade a prestação de serviços ao consumidor como destinatário final.

Alega a autora que em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC), tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca por ela foi solicitada. Aduz que não foi informada da contratação do referido cartão, seja por omissão ou mesmo má-fé da empresa, nunca houve sua contratação. Sustenta que ao verificar seu extrato de pagamento, constatou que a Ré, sem que houvesse qualquer solicitação de sua parte, implantou um empréstimo de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado, passando a partir de 15/10/2015 até a presente data o valor de R\$ 126,17 mensal, a título de RMC, os quais se dão de forma ilegal, tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca foi solicitada ou sequer informada à parte requerente.. Pretende, ao final, que a ré se abstenha de debitar no seu contracheque valores referentes a Reserva de Margem de Crédito, determinar que a ré exiba cópia do contrato de empréstimo. Requer ainda a declaração de inexistência da contratação de empréstimo consignado da RMC (cartão de crédito, igualmente a Reserva de Margem Consignável (RMC), a suspensão dos descontos referentes a RMC, a restituição em dobro de R\$ 8.579,00 quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC ou ainda na hipótese de comprovação de contratação de cartão de crédito consignado (RMC) seja declarada a sua nulidade e indenização pelos danos morais.

A ré, por sua vez, esclarece que conforme expresso no contrato, as cláusulas são claras acerca da contratação realizada CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, bem como utilização da margem consignável. Destaca que acerca dos produtos, por se tratar de um CARTÃO de crédito consignado, a Ré realiza o desconto mínimo em folha, ficando a cargo de a parte Autora realizar o pagamento do restante

da fatura. Contudo, no caso dos autos, conforme se verifica pelos documentos anexos a inicial ocorreu apenas a reserva de margem, não houve qualquer desconto no benefício da autora no valor pleiteado. Pugna pela improcedência dos pleitos autorais.

O cerne da questão a ser dirimida consiste em saber se houve vício de consentimento no momento da adesão do contrato e falha no dever de informação quanto ao cartão de crédito emitido em favor da consumidora.

Com efeito, a legislação consumerista equiparou a publicidade à oferta, disciplinando que uma vez veiculada a comunicação publicitária, o fornecedor a ela se vincula, segundo a disciplina do art. 30, da Lei nº 8.078/90. Assim, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Na espécie, o descumprimento da oferta restou demonstrado pela autora nos termos do artigo 373, I do CPC.

No caso, a parte autora comprova que, ao contrário do alegado pela ré, foram efetuados descontos pertinentes a Reserva de Margem Consignável (RMC) pertinente ao cartão de crédito, embora não tivesse feito uso de qualquer limite vinculado ao cartão.

Destaque-se ainda que a autora sequer utilizou o cartão para fazer compras.

As faturas anexadas pela ré (ID 23102327) demonstram que não houve nenhuma transação efetivada pelo cartão disponibilizado à autora.

Conclui-se, portanto, conforme faturas anexadas pela ré, que a consumidora não utilizou o cartão de crédito em qualquer modalidade, seja saque ou compras de modo que os descontos da margem consignável da autora a título de abatimento pelo uso do cartão não se justificam.

Nota-se que desconto pertinente ao empréstimo no importe de R\$ 126,17, conforme parcela pactuada em contrato, tem sido regularmente lançado no contracheque da autora. Logo, o desconto da margem consignável (RMC) não se reveste de legitimidade a título de abatimento de empréstimo contraído pela consumidora.

A documentação anexada pela autora prova os descontos a título de margem consignável (RMC) no período de outubro de 2015 a agosto de 2018.

Assim, merece guarida os pleitos autorais para que a ré suspenda os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora, bem como restituía os valores pertinente a RMC.

Na situação em análise, verifica-se que os requisitos para a incidência do artigo 42, parágrafo único do Código do Consumidor, porquanto de forma indevida, foram debitados do benefício da requerente reserva de margem consignável de um cartão sem qualquer movimentação.

Portanto, comprovados os descontos indevidos e não sendo a hipótese de engano justificável, legítima se mostra a devolução em dobro dos valores pagos pelo autor, o que corresponde a R\$ 8.579,00, referente a trinta e quatro meses de descontos.

Lado outro, embora ilegítimo o desconto do RMC, considero que não há nada nos autos que demonstre que houve defeito de informação que justifique o reconhecimento de prática abusiva pela requerida quanto ao desconto da parcela de empréstimo no importe de R\$ 126,17.

Isto porque o contrato aderido pela autora prevê o desconto em sessenta parcelas.

Demais disso, o valor foi disponibilizado à autora, o que implica dizer que o contrato de consignação celebrado entre as partes foi perfeito e acabado, ocasião em que acertaram sobre os termos, o preço e a coisa. Tem, portanto, força vinculante. Nesse ponto não há o que se falar em nulidade do contrato.

Quanto ao pleito de danos morais, restaram configurados.

Na situação em análise, considero que o desconto indevido de parte do salário caracteriza abalo aos direitos de personalidade, porquanto a requerente foi privada da utilização da quantia para sua manutenção.

Indubitável que o desconto em salário de forma errática e repetitiva produz danos ao consumidor, posto que atinge a integridade dos salários, cuja retenção indevida é fato grave. O consumidor, na condição de assalariado depende da regularidade e irredutibilidade do seu salário, sendo esta uma regra sagrada, protegida pela Constituição Federal.

Inexistindo critério objetivo para fixação dos danos morais, uma vez que é impossível a valoração da dor ou da mágoa sofrida pela parte, cabe ao Juiz arbitrar o valor da indenização observando-se determinados critérios, tais como: a condição pessoal da vítima; a capacidade econômica do ofensor; a natureza ou extensão do dano causado, devendo evitar o enriquecimento sem causa e analisar os aspectos pedagógico-punitivo da condenação. Ressalte-se que o nome do autor não foi inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

Assim, observado estes parâmetros considero como justa e razoável a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, valor suficiente para compensar o autor de todos os percalços sofridos e incentivar o réu a agir de forma mais diligente e zelosa na prestação dos serviços.

CONCLUSÃO.

Diante do exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos os pedidos deduzidos na petição inicial para:

a) SUSPENDER os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora.

b) CONDENAR o banco BMG S.A ao pagamento, a título de repetição de indébito, da quantia de **R\$ 8.579,00 (oito mil, quinhentos e setenta e nove reais)**, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 1% a partir dos descontos indevidos.

c) CONDENAR o banco BMG S.A ao pagamento da quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** a título de reparação por danos morais, devendo incidir sobre este valor correção monetária a partir e juros de mora de 1% ao mês a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ).

Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao INSS para suspensão dos descontos a título de RMC do benefício da autora.

Sem custas e sem honorários advocatícios, conforme determinação do artigo 55, "caput", da Lei nº 9.099/95.

Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Samambaia/DF, 10 de outubro de 2018 14:13:32.

LILIA SIMONE RODRIGUES DA COSTA VIEIRA

Juíza de Direito